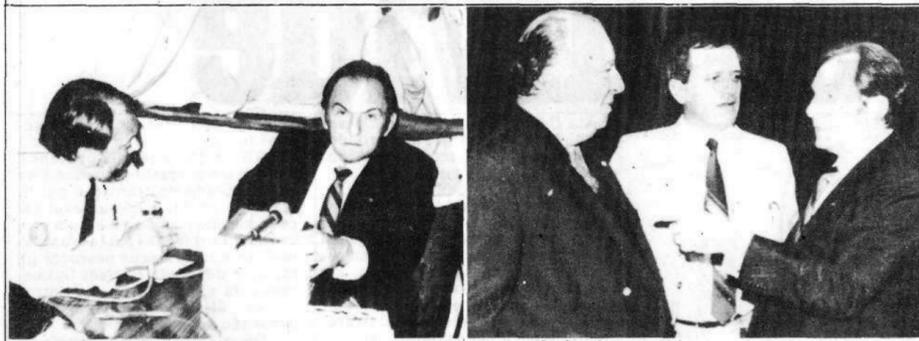


## POLÍTICA

# A Sistematização começa o trabalho. Com muitos problemas.



Cabral (à direita nas fotos): polêmica...

...na questão da reforma agrária.

## O PARLAMENTARISMO

Apesar de aprovado o sistema, os presidencialistas vão reagir.

A adoção do sistema parlamentarista e mandato de cinco anos, para o presidente Sarney e aos seus sucessores, estão longe de ser normas definitivas na Assembleia Constituinte. Já começaram as reações dos presidencialistas e dos que defendem plenos poderes a Sarney até o final de seu mandato.

O relator-geral da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, foi informado de que serão apresentadas emendas no plenário, transferindo a adoção do parlamentarismo ao futuro governador, após a eleição direta do sucessor de Sarney. Além disso, haverá também no plenário emendas pre-convendo mandato de quatro anos ao atual presidente, sob a alegação de que se trata de um governo de transição.

O deputado Roberto Cardoso Alves, da ala direita da direção nacional do PMDB, admitiu que, no plenário, após o primeiro trabalho da Comissão de Sistematização, haverá emendas preservando a plena autoridade do presidente Sarney. Falando com boa dose de confiança, Cardoso Alves comentou que, "certamente", surgirão propostas para incluir no capítulo das disposições transitórias da futura Constituição dispositivos adiando a adoção do sistema parlamentarista a partir de 15 de março de 1990.

Na Comissão da Organização dos Poderes foi aprovado o parlamentarismo a partir de 15 de março de 1988. Se não for alterado o dispositivo, Sarney governará de 15 de março do próximo ano até 15

de março de 1990 com seus poderes bem reduzidos. A chefia do governo seria exercida pelo primeiro-ministro.

Pelos comentários ouvidos ontem, o novo sistema entraria em vigência com a eleição direta do sucessor de Sarney. O atual presidente, neste caso, ficaria até 15 de março de 1990 como chefe do governo e chefe de Estado.

Tradicional parlamentarista, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) disse que votou a favor do mandato presidencial de cinco anos pela adoção do regime de gabinete. "Se for alterado o sistema ou adiada sua vigência, passarei a defender o mandato de quatro anos", disse ele.

### Disputa

Na hipótese da manutenção das propostas aprovadas na Comissão da Organização dos Poderes, parlamentares do PMDB, do PDS e do PFL comentaram ontem que dois nomes seriam os mais cotados à indicação do presidente Sarney ao cargo de primeiro-ministro — Ulysses Guimarães e José Richa.

"Não vejo outro além do Ulysses", disse o vice-líder do PDS, Bonifácio de Andrada. "Nem eu", acrescentou o 3º secretário da Câmara, deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI). "Só pode ser o Ulysses", emendou o 1º vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos (PFL-MG).

Cardoso Alves não quis se comprometer, por enquanto, com qualquer nome, mas não deixou de ob-

servar que dificilmente o senador Mário Covas seria indicado primeiro-ministro: "Não teria 180 votos".

Se mantido o sistema parlamentarista a partir de 15 de março do próximo ano, Ulysses Guimarães, se for o indicado e lograr a aprovação de primeiro-ministro, teria que se licenciar da presidência do PMDB. No partido, seu mandato de presidente terminará em abril de 1988. Seus amigos mais chegados garantem que ele não pretende mais disputar a reeleição — indicado ou não para primeiro-ministro. Teria, ainda, que se licenciar da presidência da Câmara enquanto exercesse as funções de primeiro-ministro. Seria substituído, no caso, pelo 1º vice-presidente, deputado Homero Santos (PFL-MG). Seu mandato de presidente da Constituinte terminará com a promulgação da nova Constituição.

Ontem, parlamentares influentes do PMDB declararam que, na hipótese de confirmado o parlamentarismo a partir de 15 de março do próximo ano, pretendem iniciar contatos em todos os partidos, pela escolha do senador José Richa (PMDB-PR) ao cargo de primeiro-ministro.

A decisão da Comissão da Organização dos Poderes contrariou o Palácio do Planalto e a liderança do PMDB na Constituinte. O governo quer mandato de cinco anos e a manutenção do presidencialismo. Ulysses, também. Já o líder Mário Covas continua defendendo mandato de quatro anos ao atual presidente.

A Comissão de Sistematização distribuirá, hoje e amanhã, os avulsos anteprojetos das comissões temáticas, com um problema a mais para o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM): a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação não conseguiu, no domingo, aprovar o seu anteprojeto; e a Comissão da Ordem Econômica se limitou à aprovação de emendas, que agora precisam ser ordenadas. Mas Bernardo Cabral previu, também, polêmica quanto à reforma agrária e à questão do mandato do presidente Sarney.

A reforma agrária, segundo Bernardo Cabral, deverá ter um tratamento mais avançado que o obtido na subcomissão e na comissão, porque, para ele, "a questão da propriedade rural não pode ficar como está, aquém do Estatuto da Terra, um documento com mais de 20 anos de existência". Mas o relator afirmou que as possíveis alterações nesse capítulo não poderão ser feitas por ele, que tem nessa primeira fase apenas a missão de compatibilizar os sete relatórios das comissões constitucionais temáticas.

Para Bernardo Cabral, polêmica mesmo, além da reforma agrária, é a questão do mandato do presidente José Sarney, apesar da decisão idêntica das duas comissões temáticas encarregadas do tema em torno dos cinco anos para Sarney e seus sucessores. É também polêmica para ele o sistema de governo, aprovado "na virada da madrugada" (segundo sua expressão) num parlamentarismo quase puro, em que se garantiu apenas a eleição direta para presidente da Re-

pública. Segundo Cabral, fazer a eleição indireta do presidente pelo Congresso — como prevê o parlamentarismo ortodoxo — "seria frustrar mais uma vez o povo brasileiro".

### Relatório extra

Dentro de sua missão de compatibilizar os relatórios recebidos, Bernardo Cabral elaborará também o parecer da Comissão de Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação, que não conseguiu aprovar nenhum dos dois textos do relator Arthur da Távola (PMDB-RJ). Bernardo Cabral disse que vai preparar o parecer dentro do prazo de dez dias de que dispõe para a compatibilização dos demais sete projetos. Não haverá, assim, uma votação em separado para esse parecer.

Cabral informou que vai preparar o texto com base na análise dos pareceres das três subcomissões dos dois pareceres de Arthur da Távola e em conversas com os quatro relatores (três das subcomissões e o da comissão temática). Mas deverá enfrentar, dependendo do conteúdo final de seu trabalho, os mesmos entraves que impediram, no domingo, a aprovação do documento, no plenário da Câmara dos Deputados (distante das ruidosas manifestações populares, cujo acesso às galerias foi vedado pelo senador Marcondes Gadelha, presidente da comissão). O radicalismo a que chegaram os membros daquela comissão não permitiu nem mesmo a criação de clima para negociações partidárias. E o entendimento, não obstante a criação de dois grupos representativos,

com três parlamentares cada, não foi alcançado.

Agora, mesmo que o relator Bernardo Cabral lance mão de sua habilidade política, a tarefa não se torna menos problemática. Ele vai ter que compatibilizar, mais do que dispositivos dispersos, resultados dos trabalhos preliminares das subcomissões, interesses de áreas que se digladiam na tentativa de impor sua vontade. Pode-se, assim, prever dificuldades muito parecidas com as que o senador Marcondes Gadelha enfrentou no sábado e no domingo.

### Calendário final

Ao lado dessa tarefa extra, Bernardo Cabral precisa correr contra o tempo para, em 10 dias, oferecer à Sistematização o seu parecer com o anteprojeto resultante da compatibilização dos dispositivos propostos pelas comissões temáticas. Apenas esta já seria uma tarefa complexa, a começar pela exiguidade de tempo.

Esse trabalho terá que ser apresentado até o dia 26, com a apresentação de emendas e discussão durante cinco dias, isto é, até o dia 2, quando começa a correr o prazo, também de cinco dias, para que Cabral ofereça seu relatório, já com o projeto da Constituição. Isto ocorrerá no dia 7 e, já nos dias 9 e 10, serão distribuídos avulsos para que os membros da comissão possam apresentar emendas. A redação final ficará pronta no dia 11, para discussão e votação. E, ao caso dos 30 dias de prazo do relator, em 15 de julho, estará redigido o projeto de Constituição a ser encaminhado ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

## São 93 políticos das várias tendências. Eles vão elaborar a Constituição.

A Comissão de Sistematização — a maior e mais importante das comissões da Assembleia Nacional Constituinte, porque vai elaborar os dois primeiros projetos de Constituição — tem 93 membros ("bem maior do que qualquer Assembleia Legislativa", costuma comparar seu relator, o deputado Bernardo Cabral). Presidida pelo conservador senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que dirigiu a comissão de Estudos Constitucionais que levou seu nome, a Comissão de Sistematização é mais do que um espelho ideológico da Constituinte. Nela estão representadas todas as tendências políticas dentro da Assembleia, e terá participação especial os líderes partidários. De seus 93 membros, 40 têm

posição garantida, pois foram presidentes e relatores das oito comissões constitucionais temáticas e relatores das subcomissões. Os outros 53, tidos como privilegiados, lutaram muito para conseguir esse "lugar ao sol" — o trabalho do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, foi intenso para garantir lugares e dividir equanimemente tão poucas vagas aos 559 constituintes em atividade. São vice-presidente os deputados Aluizio Campos (PMDB-PB) e Brandão Monteiro (PDT-RJ), ex-secretário do governo Brizola, de esquerda. O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) define-se como de centro-esquerda, tendendo para posições mais moderadas.

## ECOLOGIA

### Vencem os ambientalistas: o programa nuclear está condenado.

Apesar dos fortes lobbies montados na Comissão da Ordem Social para derrubar os avanços no capítulo do meio ambiente na nova Constituição brasileira, o senador Almir Gabriel (PMDB-PA) acatou as cinco emendas e um destaque apresentados pelo deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP) — o único constituinte eleito pelos ambientalistas — restabelecendo na íntegra o texto favorável aos ecologistas. Por volta das 3 horas da madrugada de ontem, ao final de muitas negociações e articulações no plenário de votação da Comissão da Ordem Social, venceram Fábio Feldmann e a corrente ambiental, contra meia dúzia de parlamentares que insistiam na liberação das usinas nucleares, proteção aos poluidores e defesa da mineração indiscriminada em terras indígenas.

"Foi uma supervitória. Ganhamos tudo" — festejava ainda emocionado e cansado pelas noites mal dormidas o deputado paulista, reconhecendo que todo seu trabalho valeu a pena e que o texto referente ao meio ambiente ficou ótimo. Ele creditou a sua vitória à enorme sensibilização mundial das pessoas sobre a questão do meio ambiente — preservação da natureza e saúde —, que considera suprapartidária, acima das divergências políticas e ideológicas dos constituintes, e também pelo temor a tudo que é nuclear. E destacou que isto ficou provado com a aprovação integral do capítulo destinado ao meio ambiente na nova Constituição.

O capítulo contém 12 artigos, 2 parágrafos, 13 incisos e duas letras; dispondo que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum ao qual todos têm direito, devendo os poderes públicos e a coletividade protegê-lo para as presentes e futuras gerações. Em sua defesa o relator Almir Gabriel justificou no anteprojeto enviado ontem à Comissão de Sistematização que este capítulo incorpora o que está presente na alma nacional: a consciência de que é preciso aprender a conviver harmonicamente com a natureza.

### Árdua batalha

Depois de vencer as duas primeiras etapas da elaboração da nova Constituição, Fábio Feldmann está consciente que sua luta apenas começou. Ainda há pela frente a toda poderosa Comissão de Sistematização e, por fim, o temido plenário, onde o deputado ecologista terá de enfrentar novamente, e com toda a munição que dispuser, 559 constituintes com interesses os mais divergentes a respeito deste capítulo. Ao contrário dos 64 integrantes da Comissão da Ordem Social, ontem os conservadores não passaram de meia dúzia e por isso foram facilmente vencidos pelos parlamentares mais identificados com as posições de Feldmann.

Mas o deputado está otimista.

Pelo menos no âmbito da Comissão de Sistematização existe a promessa pública do relator, senador Bernardo Cabral (PMDB-AM), de acatar em seu relatório tudo o que foi aprovado na Comissão da Ordem Social. Este compromisso, segundo Feldmann, Cabral assumiu recentemente perante grande número de ecologistas reunidos no Congresso Nacional numa frente ampla no dia 5 de junho — Dia Mundial do Meio Ambiente. Para enfrentar o plenário, o deputado também já montou uma minuciosa e cansativa estratégia. Ele pretende partir para o corpo a corpo. Com este propósito percorrerá todo o País a partir do final deste mês e com a ajuda do movimento ecológico nacional espera convencer em seu estados todos os constituintes a votar favoravelmente o capítulo do meio ambiente tal como saiu da Comissão da Ordem Social.

### Lobbies

Na Comissão da Ordem Social Feldmann lutou basicamente contra três grandes lobbies que representaram os interesses da Abiquim — Associação Brasileira da Indústria Química; da Indústria Nuclear (Nuclebrás), e dos mineradores. Segundo análise do parlamentar, na defesa da manutenção destes interesses estavam os deputados Stélio Dias (PFL-ES), Oswaldo de Almeida (PL-RS), Ubiratan Spinelli (PDS-MT), Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Mussa Demes (PFL-PI), com ligações com o Conselho de Segurança Nacional. Deles, o mais sensato foi Oswaldo de Almeida e os mais intransigentes Stélio Dias, Mussa Demes — que simplesmente queria acabar com o capítulo do meio ambiente — e Inocêncio Oliveira, que desde o começo dos trabalhos ainda na fase da subcomissão manifestou seu ponto de vista. Alguns, inicialmente hesitantes sobre alguns aspectos do capítulo, como Adilson Mota (PDS-RS), Geraldo Alckmin (PMDB-SP) e mesmo o relator da subcomissão, Carlos Mosconi (PMDB-MG), acabaram integralmente favoráveis a todo o capítulo do meio ambiente ainda no começo dos trabalhos constituintes.

Apesar de pertencer ao PDS, o deputado Cunha Bueno (SP) não criou nenhum obstáculo à aprovação de todos os avanços do capítulo. Já a deputada Raquel Cândido (PFL-RO) — que substituiu o relator (nas minorias) Alcení Guerra (PFL-PR) — surpreendeu ao contrariar todo seu discurso mais identificado com a esquerda, ao tentar derrubar a reserva indígena em favor dos mineradores. Ela apresentou emenda, depois retirada, submetendo as terras demarcadas dos índios à responsabilidade do Exército. No caso dos lobbistas da Abiquim eles não tiveram sequer a preocupação de alterar o texto das emendas apresentadas, praticamente idênticos.

Outro que contrariou completamente a posição do partido foi o deputado Edmilson Tavares (PCB do B-RJ), favorável às usinas nucleares, desde que instaladas longe dos centros urbanos. A deputada Maria Abadia (PFL-DF) também ficou a favor das usinas, o mesmo acontecendo com o deputado Raymundo Bezerra (PMDB-CE), que deseja ver uma delc<sup>e</sup> instalada no Nordeste.

### Vitórias

Feldmann considerou ainda uma vitória importantíssima a reintrodução no relatório final de Almir Gabriel da proibição de importação, pesquisa, fabricação, armazenamento e transporte de artefatos bélicos nucleares, competindo ao presidente da República o fiel cumprimento deste dispositivo, sob pena de responsabilidade — aprovada no anteprojeto de Carlos Mosconi. Nesse caso, Feldmann conseguiu junto ao relator Almir Gabriel ampliar o artigo acrescentando-lhe o texto original, suprimindo desta forma a redação do substitutivo II que prevê apenas que "as atividades nucleares serão exercidas para fins pacíficos". Desde o início, Feldmann lutou para ampliar este artigo por considerá-lo muito vago. E conseguiu, porque só cinco votaram contra.

Na justificativa à sua emenda, Fábio Feldmann condena o programa nuclear brasileiro, advertindo que a redação proposta no anteprojeto de Almir Gabriel representa, na verdade, uma consolidação tardia, anti-social, indesejável e retrógrada de um programa nuclear condenado não apenas pela sociedade científica independente como pela população, e até mesmo pelas nações industrializadas detentoras e dependentes dessas usinas, em razão disto foi contemplado com a aceitação da emenda favorável à instalação e funcionamento de reatores nucleares somente para finalidades científicas.

A caracterização de crime contra as práticas e condutas lesivas ao meio ambiente, como a desídia e omissão das autoridades competentes para sua proteção, mantidas no relatório de Almir Gabriel, também encontrou fortes resistências por parte dos constituintes lobbistas, que acabaram vencidos. Eles queriam derrubar principalmente o parágrafo 2º deste artigo que obriga o responsável a indenizar ou reparar integralmente os danos causados pela sua ação ou omissão, independentemente da existência, de culpa favorecendo as indústrias poluidoras, mas o item foi mantido na íntegra por Almir Gabriel. "Foi, sem dúvida, uma grande vitória" reiterou Feldmann ao atribuir também às reportagens do *Jornal da Tarde* em favor do meio ambiente um papel muito importante para esta vitória na Constituinte.